



DIREITO À CIDADE E QUESTÕES RACIAIS

Gabriela Leandro (Gaia)

A temporalidade e intensidade da presença negra em terras brasileiras, e o extenso debate sobre o tema promovido por diversos campos de saberes, são suficientemente conhecidos para que precisemos, ainda hoje, insistir na importância de se produzir reflexões sobre a cidade que considerem seus marcadores raciais. A escravidão atlântica teve na vida urbana e semi-urbana, seu lugar privilegiado de realização. Sociedades urbanas escravistas, como a do Brasil, foram forjadas a partir dos deslocamentos e trânsitos transatlânticos, calcado no refazimento de relações, arranjos sociais e espaciais, a partir de movimentos próprios, singulares, cujas vinculações identitárias e étnico-raciais nem sempre são óbvias ou estanques, mas que abarcam múltiplas dimensões do fazer cidade. Do quilombo à favela, das irmandades aos terreiros, das feiras aos mercados, das festas de rua aos paredões, das senzalas aos quatinhos de empregada, do mocambo às grandes torres envidraçadas: não há um fora ou um espaço isento de racialização nas cidades brasileiras. Para Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista, o dispositivo de racialidade constituiu-se historicamente como elemento estruturador das relações raciais no Brasil. Dado que a fixação na cidade e a possibilidade de reprodução da vida na mesma são atravessadas pelas relações socialmente estabelecidas aqui, é evidente e lógico pensar que a dimensão étnico-racial é uma das dimensões que afetam e estruturam o espaço urbano de nossas cidades historicamente. Trazer esse debate à tona é um meio de informar que são precários, incompletos e significativamente empobrecidos os estudos, análises políticas, e projetos urbanos que insistam em desconhecer a relevância dessa abordagem.

A historiadora Beatriz Nascimento, denuncia em seus escritos, o cruel alijamento da existência negra e de sua historiografia no Brasil. Para ela, existe ainda aqui uma cultura própria, uma forma de vida específica, que não emerge como pauta relevante (sobretudo academicamente), a não ser pelo viés da subalternidade. Uma produção de conhecimento que seja politicamente comprometida e engajada com a democratização e ampliação de direitos na cidade, precisa urgente e criticamente revisar a forma e o intuito das investigações realizadas. A presença negra na cidade não pode ser compreendida apenas pela ótica do “problema”, que em geral é formulado a partir de uma miríade de conceitos e racionalidades descontextualizadas, estranhas aos próprios “sujeitos-problemas” e às formas como, ao longo dos anos, vêm resolvendo suas vidas nas cidades. As categorias, chaves analíticas e recortes produzidos pelo campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, pouco dão conta de trazer para a mesa uma gama de elementos que



coletiva

contribuam para a compreensão dessas tecnologias sociais desenvolvidas pela população negra e que foram (e são) fundamentais para a reprodução da vida de toda a sociedade. É próprio de sua existência, a expertise da sobrevivência, reivindicada por Beatriz Nascimento (1988) como continuidade histórica, dada a dilatada temporalidade na qual exerce o movimento de criar alternativas para viabilizar a vida com o outro.

A efetivação do direito à cidade passa, impreterivelmente, pela descolonização da cidade e suas epistemologias. É exatamente na potência desse “corpo-mapa de um país longínquo que busca outras fronteiras”[1], de seu constante movimento, trânsito e deslocamento, que a população negra tem desenrolado a habilidade de estar dentro e fora de tantos lugares. Podemos evocar Patricia Hill Collins e a ideia do “outsider within”[2] para explicar o significado desse modo de existir, ou ainda a conhecida cantiga de capoeira que entoa “pé dentro, pé fora, quem tiver pé pequeno vai embora”. Dos Estados Unidos à Bahia, ambas as ideias falam a partir de um sujeito racialmente específico, que observa o mundo de um lugar também específico, e que atento aos códigos e regimes estabelecidos, criam entre esses mundos diaspóricos, seus próprios territórios políticos, afetivos e existenciais. É preciso des-folclorizar a presença negra na cidade e sua relação ancestral com o continente africano, assim como des-infantilizar e des-simplificar seus modos de formular a vida. Como afirma Franz Fanon, em seu livro *Pele Negra, Máscara Branca*: “A simplicidade do negro é um mito forjado por observadores superficiais”.

Os territórios mencionados acima, obviamente, possuem seus correspondentes espaciais, geográficos, físicos e materiais. Dialogando com a perspectiva do geógrafo Milton Santos, entendemos que tempo, espaço e acontecimentos, constituem um tipo de imbricação que produz sentido no escopo da discussão apresentada até aqui. Para ele, o espaço se realiza como tempo acumulado. E lugar é o espaço do acontecer solidário. Isto posto, e considerando que os sistemas simbólicos afro-brasileiros traduzem ainda acúmulos da experiência africana dos povos de origem banto, gêge e nagô - que não é estática, se atualiza na transmissão geracional e se particulariza em contextos históricos, políticos, geográficos específicos e próprios de um país de dimensões continentais-, ressalta-se que a constituição de coletividades negras do lado de cá do Atlântico data do século XVI. Há de se refletir sobre o significado dessas instituições e seu papel na qualificação dos arranjos espaciais aqui vivenciados.

Lélia Gonzalez, em texto intitulado *A categoria político-cultural de Amefricanidade*, no qual amplia os limites territoriais da reflexão para todo o continente americano, coloca em xeque a ideia do “popular” como categoria, por neutralizar a perspectiva racial na qual a construção cultural do continente americano está vinculada. De acordo com Gonzales:

Graças a um contato crescente com manifestações culturais negras de outros países do continente americano, tenho tido a oportunidade de observar certas similaridades que, no que se refere aos falares, lembram o nosso país. É certo que a presença negra na região caribenha (aqui entendida não só como a América Insular, mas incluindo a costa atlântica da América Central e o norte da América do Sul) modificou o espanhol, o inglês e o francês falado na região (quanto ao holandês, por desconhecimento, nada posso dizer). [...] Desnecessário dizer o quanto tudo isso é

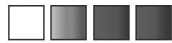


encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalcado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc., que minimizam a importância da contribuição negra.

A crítica ao popular apontada por Gonzalez, parece ser um caminho importante no diálogo com a agenda urbana e com a historiografia, onde a ideia de uma “arquitetura popular”, “bairros populares” e, até mesmo, “planejamento popular” são relativamente bem recebidos e até significativamente trabalhados pelo campo. No entanto, mesmo nesses espaços, a discussão do popular tende a ser construída em torno da condição de precarização da vida urbana (ou em reação à ela) na qual todas e todos os envolvidos nesses territórios e processos, estão vinculados. A questão racial é pouco ou insignificativamente inserida como questão. Não se trata de rechaçar a relevância e articulação de recortes que abarquem grupos subordinados de forma generalista, sobretudo quando se sabe das disputas em torno das pautas urbanas nem sempre sensíveis à essas questões, sobretudo em uma sociedade patrimonialista como a brasileira, na qual a propriedade fundiária foi, e continua a ser, um dos mecanismos mais eficazes na manutenção das desigualdades. Todavia, apostamos que acionar a grandiosidade da experiência negra no Brasil e a dívida histórica para com a população afrodescendentes neste país não limita a discussão em torno das urgências e das proposições de políticas urbanas específicas, mas acrescenta a ela ainda mais legitimidade por reivindicar a reparação nunca realizada. O filósofo camaronês Achille Mbembe (2014: 304-305) afirma que:

Para construir este mundo que é nosso, será necessário restituir àqueles e aquelas que passaram por processos de abstração e coisificação na história, a parte da humanidade que lhes foi roubada. Nesta perspectiva, o conceito de reparação, para além de ser uma categoria econômica, remete para o processo de reunião de partes que foram amputadas, para a reparação de laços que foram quebrados, reinstaurando o jogo da reciprocidade, sem o qual não se pode atingir a humanidade. [...] Reparação há que explicar, porque a história deixou lesões e cicatrizes. O processo histórico foi, para a grande parte da nossa humanidade, um processo de habituação à morte do outro – morte lenta, morte por asfixia, morte súbita, morte delegada. Esta habituação à morte do outro, daquele ou daquela com quem se crê nada haver para partilhar, estas formas múltiplas de enfraquecimento das fontes vivas da vida em nome da raça ou da diferença, tudo isso deixou vestígios muito profundos, quer no imaginário e na cultura, quer nas relações sociais e econômicas. Tais lesões e cicatrizes impedem de fazer comunidade. De fato, a construção do comum é inseparável da reinvenção da comunidade.

Evocando ainda Molefi Kete Asante, pensador norte-americano que cunhou a ideia de afrocentricidade, pode-se encontrar outros argumentos e perspectivas úteis para um diálogo com o campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, sobretudo no que tange seus aspectos epistemológicos. Asante dispara em direção a necessidade de construir uma perspectiva de reflexão afrocentrada. Para ele:



coletiva

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada em África e sua diáspora. [...] A afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses.

As ideias de Asante podem provocar estranhamento, sobretudo se observadas deste lugar-Brasil e deste tempo presente. Para além da dívida histórica, já trazida no texto através da interlocução com Achile Mbembe, a escritora moçambicana Paulina Chiziane apresenta outro motivo. Em texto introdutório do livro “Cadernos de memórias coloniais” de Isabela Figueiredo (2018), Chiziane pontua de forma precisa que “a viagem para o futuro exige sempre uma paragem, um olhar para trás, [...] para que estes males não se repitam.”. E continua: “Com o colonialismo perdeu-se a oportunidade de aprender as lições que a África tem para dar ao mundo”. É como ferramentas para enfrentar o racismo que há de se pensar o que perdeu o Brasil, ao desclassificar a relação e herança com África como parte substancial de seu legado urbano. Essa talvez parece ser a grande questão: como reaprender a cidade, ou como des-aprendê-la para que possa, finalmente, emergir novos entendimentos? Aposta-se nisso, ao mesmo tempo em que se sabe o quão armadilhada pode ser essa operação. Não se trata de inversão de polos ou da positivação de práticas e dinâmicas socioespaciais e culturais marginalizadas. Mas de reconhecer que sua complexidade exige, para acessá-la, uma formulação política, epistemológica e histórica despida dos gestos, costumes e repertórios da colonialidade e do patriarcado, ainda inquestionados e legitimados em tantos espaços. É nessa encruzilhada que reside a potência de uma abordagem interseccional nos estudos sobre a cidade. Com o intuito de contribuir para o avanço das discussões sobre essa temática, seguem três observações caras para pensá-la, e algumas referências a trabalhos e estudos que têm promovido debates promissores.

A primeira observação, trata-se de que parece ser importante inverter a lógica da ausência e da precariedade como ponto de partida, para trazer a tona elementos que permitam a compreensão sobre os modos de viabilização da vida, atento, no entanto, à natureza interligada das opressões que, historicamente, constituem nossa sociedade. Como as mulheres negras estão dando conta do mundo para que a vida urbana não se acabe? Quais dimensões e regimes de existência acionam para construir os espaços de reprodução da vida em comum? Sobre esses questionamentos, a dissertação de mestrado de Natália Alves da Silva, “Feminismo negro e produção do espaço: uma abordagem interseccional-espacial” (promovida pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 2018) traz importantes contribuições ao aproximar o do pensamento feminista negro do debate sobre o espaço, chamando para conversa intelectuais acadêmicas como Patricia Hill Collins, bell hooks, Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento e intelectuais lideranças da Ocupação Rosa Leão, Izidora, Belo Horizonte-MG. Natália Alves defende que a interseccionalidade é um processo espacial que se dá nos/pelos/sob/entre os corpos, no qual raça, classe, gênero e espaço são processos co-constitutivos de subjetividades marcadas.



coletiva

Também não têm a precariedade como ponto de partida, os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores Maria Alice Pereira da Silva, Maria Estela Ramos e Fabio Macedo Velame, mas sim a relação entre território, ancestralidade e o sagrado. Edison Carneiro, etnólogo baiano que em publicação de 1959, *Os cultos de Origem Africana*, afirma que a presença dos terreiros está diretamente vinculada ao urbano e ao “fenômeno cidade”. De acordo com o etnólogo,

[...] na primeira metade do Século XVIII, o negro urbano já com dinheiro, mas ainda sem liberdade, funda, sob a orientação dos seus senhores, as Irmandades do Rosário e de São Benedito; na segunda metade do século, quando começa a viver independentemente do senhor, as suas religiões tribais se fusionam numa unidade de culto. O novo culto viveu, precariamente, sujeito aos azares da repressão policial, até a Independência e as agitações conseqüentes, feito e desfeito várias vezes. A fundação do candomblé do Engenho Velho, na Bahia, provavelmente em 1830, marca o início de uma nova fase na existência do culto organizado de origem africana.

Maria Estela Ramos, em investigação, *Bairros Negros: uma Lacuna nos Estudos Urbanísticos Um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia)*, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (doravante PPGAU/FAUFBA), em 2013, aponta para a importância do conhecimento da diáspora africana para entender as culturas negras brasileiras e a especificidade de uma forma urbana negra, instituída cultural, social e espacialmente pela presença dos terreiros de candomblé. A investigação de Maria Alice da Silva, *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador* (PPGAU/FAUFBA,2017), discorre sobre a formação rochosa localizada em logradouro da cidade, nomeadamente “Pedra de Xangô” considerada uma manifestação do sagrado na terra, realidade transcendente, patrimônio mítico de Salvador, embora distante e ausente do repertório urbano e urbanístico. Já Fabio Velame, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, aborda mais especificamente, a arquitetura de terreiros, em sua tese e dissertação intituladas *Arquiteturas da Ventura: os terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix* (PPGAU/FAUFBA,2012) e *A Arquitetura do Terreiro de Candomblé de culto aos Eguns: O Omo Ilê Aboulá - um Tempo da ancestralidade afro-brasileira* (PPGAU/FAUFBA,2007). Fabio Velame é também coordenador do grupo EtniCidades – grupo de estudos étnicos e raciais em arquitetura e urbanismo, da UFBA, criado em 2013, cujos objetivos consistem em desenvolver pesquisas sobre arquiteturas edificadas pelos grupos étnicos, projetos e ações de extensão com apoio técnico voltadas para povos e comunidades tradicionais, e reflexões das relações entre arquitetura e cidade com grupos étnicos-raciais.[4]

A segunda observação, trata-se do risco já mencionado anteriormente de que as investidas na aproximação da dimensão étnico-racial das questões urbanas, ao tentarem não reproduzir o discurso da subalternização como único possível, acabem produzindo análises que caíam na armadilha da romantização, dada à simplificações e polarizações que pouco contribuem para a construção de leituras mais complexas. A investigação realizada pela arquiteta e pesquisadora Cibele Moreira



coletiva

Nobre Bonfim, em sua dissertação *Direito à Cidade e Africanidade: práticas e saberes na construção do urbano* (PPGAU/FAUFBA, 2017), apresenta um movimento promissor ao propor uma aproximação entre as ideias que circundam o Direito à Cidade e as Africanidades, formulando-a “a partir da escala das mãos, do gesto, do corpo enquanto território, chão.” É nessa relação de proximidade e de diálogo, no qual lugar de fala e lugar de escuta são respeitosamente encarados, que se tece algo do qual o risco da romantização é minimizado, sendo substituído pela honestidade dos processos e todas as suas imprecisões circunstanciadas. Cibele Bonfim parte da compreensão de que a filosofia se produz a partir de uma cosmoconcepção, propondo-se refletir sobre as dimensões metodológicas-epistemológicas mobilizadas pelos estudos urbanos. A pesquisadora, convida os narradores das africanidades, seus interlocutores privilegiados na pesquisa, para contar junto suas histórias, dando nome, classe, cor, jeito a cada um dos gestos e dos sujeitos que os desempenham. Na busca por um referencial “teórico-prático” que pudesse dar conta do campo delineado, ela dialoga com as reflexões da artista e pesquisadora afroportuguesa Grada Kilomba, para quem o conhecimento é uma construção que está em acordo com epistemes próprias e sempre se constitui a partir de uma dada subjetividade. Até chegar à “escala das mãos”, Cibele vai introduzindo uma série de autores com os quais busca rearranjar um repertório dado, mas limitado - sobretudo no que tange às questões raciais -, sobre o estudos das cidades: Muiz Sodré, Anibal Quijano, Leda Maria Martins, Beatriz Nascimento, Ana Maria Gonçalves, Achile Mbembe, Jean-Godefroy Bidima, Kabengele Munanga e Eduardo Oliveira são alguns deles.

Também atento às questões das interlocuções, as pesquisas vinculadas ao eixo *Presença Negra na Produção da Cidade*, do Grupo de Pesquisa Lugar Comum (FAUFBA), têm trazido à tona diferentes dimensões e possibilidades de diálogo entre o campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano com outras áreas, sobretudo aquelas vinculadas ao universo das artes, para realizar reflexões que aproximem o debate racial das questões caras ao universo urbano. Coordenados pela professora Gabriela Leandro Pereira, autora deste texto, a aposta contida nas investigações gravitam em torno da ideia de que, se do ponto de vista da historiografia, muitos apagamentos foram produzidos nesses séculos de opressão, ainda há, nos gestos, nos corpos, na música, no jeito de fazer, na forma de ocupar, na memória, no recontar, nos objetos, nas invenções e nos “causos”, uma presença inquestionável dos muitos tempos de existência negra no lado de cá do Atlântico. A pesquisadora mineira Leda Maria Martins, caminha na mesma direção ao afirmar que “o esquecimento também é da ordem da incompletude”. Em sua tese de doutorado, intitulada *Corpo, Discurso e Território: Cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus* (PPGAU/FAUFBA, 2015), é a narrativa da escritora paulistana que guia a incursão pela cidade, acessada então pelo “quarto de despejo”, de onde se vivencia o mundo de um ponto de vista específico e, com ele, reformula e tensiona o avesso da cidade. É também pela literatura, que se desenrolam as investigações da pesquisa *Narrativas e cartografias da presença negra na cidade de Salvador nos séculos XIX e meados do XX* à qual acresce-se os registros fotográficos encontrados em acervos institucionais ou álbuns de família; obras de artes de artistas ganhadores de salões e bienais; ou de artistas anônimos e quase esquecidos; ladainhas e cantigas de capoeira; e tudo aquilo



que ative a possibilidade de recriação de mundos nos quais a experiência negra da cidade não seja subestimada e apenas subalternizada, mas sem se deixar seduzir pela categorização apressadas. Não é desejo encaixar personagens em categorias invariáveis, ou reproduzir estereótipos ou ainda um discurso polarizado. Preocupa-se mais com a necessidade de uma desclassificação histórica do que o seu contrário.

A terceira observação gira em torno da necessidade de trazer à tona, re-inscrever como denúncia, mas também como conquista, e exigir a des-autorização de determinadas versões de verdades. Versam sobre isso, o trabalho de Rodrigo Cunha e Flora Passos, e Maria Luiza de Barros Rodrigues e Andrea Curtis Alvarenga. Em *Arquitetura Tradicional de Ouro Preto: preciosa por ser negra* (2017), Rodrigo e Flora denunciam o fato da inteligência africana não constar nas narrativas construídas pelos colonizadores como detentores de conhecimento técnico apurado nem na execução das tarefas vinculadas a extração, nem na construção da arquitetura do garimpo e seu espalhamento para outros espaços da cidade. A invisibilidade do saber técnico dos povos africanos escravizados é então o tema central de sua pesquisa. Já em *Territórios negros e as não-narrativas na cidade: Ações e políticas em Vitória – ES* (2017), Maria Luiza Rodrigues e Andréa Alvarenga denunciam a negligência com a história da presença negra da capital capixaba. As pesquisadoras, no entanto, asseguram que em detrimento das tentativas de apagamento, a cidade ainda guarda valiosas histórias, registros e lugares, ainda que não sejam, muitas vezes, reconhecidos. O centro de Vitória é apontado como lócus principal da territorialidade negra da capital, destacando os morros da Fonte Grande e Piedade, o Mucane (Museu Capixaba do Negro) e a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Já na orla sul da cidade, a presença das Paneleiras de Goiabeiras é destacadas pela sua relevância simbólica e pelo saber fazer preservado. Assim como Rodrigo e Flora, a investigação reivindica o reconhecimento do saber construtivo negro como responsável por erguer monumentos tombados, como a própria Igreja Nossa Senhora do Rosário. Dentre as movimentações que buscam afrontar a política do apagamento, o trabalho chama a atenção para a promoção em 13 de maio de 2017 do I Circuito Afro do Centro Histórico (I Afro-Centrão), buscando revelar espaços relevantes, mas ausentes das políticas culturais e turísticas da cidade. Alavancado por coletivos independentes, instituições e espaços voltados para temática racial, cuja atuação se dá no Centro da Cidade, o Circuito promoveu a ativação de uma nova-antiga memória na cidade, vinculada com data tão significativa.

Para concluir, reafirma-se que nesse país Brasil, tão vasto, a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano foram e ainda são peças fundamentais para manutenção das opressões nas cidades. Embora imaginar e construir territórios sejam práticas históricas inerentes à população negra do lado de cá do Atlântico, o racismo, essa tecnologia que opera o mecanismo de morte, continua a produzir a des-humanização de determinados sujeitos, corroborando para a desclassificação de sua propriedade no fazer cidade. O racismo neutraliza o constrangimento da eliminação do outro, e de suas faculdades. Reconhecer a sua existência estrutural e encará-la de frente, parece ser o único caminho viável para que seja profícuo o encontro entre o direito à cidade e as questões raciais, vislumbrando a conciliação para uma vida comum possível.



Notas

[1] Trecho do livro *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>

[2] Patrícia Hill Collins (2016) traz a ideia de *outsider within* para refletir sobre o lugar das mulheres afro-americanas a partir das trabalhadoras domésticas, que ao mesmo tempo são “estrangeiras” àquele meio, o das famílias brancas norte-americanas, estão inseridas em uma relação de proximidade que as coloca em posição de observar de dentro, e construir, a partir um ponto de vista muito específico, uma compreensão sobre essa sociedade.

[3] Fabio Macedo Velame é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, líder do grupo de pesquisa *Etnicidades*, e coordenador do Seminário Salvador e Suas Cores.

[4] Informações disponíveis no site <http://etnicidadesufba.blogspot.com/p/apresentacao.html>. Acessado em 15 de janeiro de 2019.

[5] Rodrigo é integrante do MALOCA - Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul, coordenado pela professora Andreia Moassab (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), que tem atuado, desde 2013, com o contexto de ensino, hábitos de morar e construir, políticas públicas e direitos humanos, sob uma perspectiva decolonial, com ênfase na América Latina e no Sul global.

Para Saber Mais:

ASSANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar*. In NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). São Paulo: Selo Negro, p. 93-110, 2009.

BONFIM, Cibele Moreira Nobre. “Direito à Cidade e Africanidade: práticas e saberes na construção do urbano”. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador, 2017.



coletiva

CARNEIRO, Edson. Os cultos de Origem Africana. Ministério da Educação e Cultura Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro 1959

CHIZIANE, Pauline. Sobre *Caderno de memórias coloniais*. In: FIGUEIREDO, Isabela. Caderno de memórias Coloniais São Paulo: Todavia. 2018, pp. 13-19.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento negro feminista. In Revista Sociedade e Estado - Volume 31 Número 1. - Janeiro/Abril 2016.

FANON, Frantz, Pele negra máscaras brancas.- Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988, pp. 69-82.

KILOMBA, Grada. While I write. 2015. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=UKUaOwfmA9w&t=6s>

LEDA MARIA MARTINS. [Espelho]. Produção de Canal Brasil. (Temp. 10, ep. 251), 2017. (23 min). Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/canal-brasil/v/6061951/>

MARTINS, Leda Maria. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. Letras (Santa Maria), Santa Maria, v. 25, pp. 55-71, 2003.

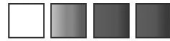
MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra.- Lisboa. Ed. Antígona, 2014.

PACHECO, Frederico. Carolina de Jesus, fenômeno editorial no início dos anos de 1960. Jornal Futura - Canal Futura, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PucTtvFtDBA>

ORÍ. Direção de Raquel Gerber. Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda., 1989. (131 min.)
Facebook. Disponível em:
<https://www.facebook.com/uniaodetodasasnacoes/videos/1878768139068550/>

PEREIRA, Gabriela Leandro. “Corpo, Discurso e Território: Cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus”. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador, 2015.

RAMOS, Maria Estela. “Bairros Negros: uma Lacuna nos Estudos Urbanísticos Um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia)”. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador, 2013.



coletiva

NOGUEIRA, Rodrigo; PASSOS, Flora. Arquitetura tradicional de Ouro Preto: preciosa por ser negra. In Anais Eletrônicos do Encontro Internacional do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul. V. 1, n.1. Foz do Iguaçu, 2017. pp. 104-112.

RODRIGUES, Maria Luiza de Barros; ALVARENGA, Andréa Curtis. “Territórios negros e as não-narrativas na cidade: Ações e políticas em Vitória – ES” (2017). In Anais do IX Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. Florianópolis(SC) Hotel Castelmar, 2017

SILVA, Natalia Alves. “Feminismo negro e produção do espaço: uma abordagem interseccional-espacial”. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Maria Alice Pereira da. “Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador”. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador, 2017.

VELAME, Fabio Macedo. “A Arquitetura do Terreiro de Candomblé de culto aos Eguns: O Omo Ilê Aboulá - um Tempo da ancestralidade afro-brasileira”. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador, 2007.

VELAME, Fabio Macedo. “Arquiteturas da Ventura: os terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix”. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador, 2012.

Autora



Gabriela Leandro (Gaia) é arquiteta e urbanista pela UFES, com o mestrado e o doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. É Professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA e professora colaboradora no PPGAU/UFBA, integrante do Grupo de Pesquisa Lugar Comum - cujos principais projetos tratam dimensões da política, democracia e direito à cidade em articulação com movimentos sociais em Salvador. Em 2017 foi vencedora do Prêmio de Teses da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), com o trabalho *Corpo, discurso e território: Cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*.